

## CAMPESINATO RIBEIRINHO E O EXTRATIVISMO DO AÇAÍ EM SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA, ILHA DO MARAJÓ-PA

VICKA DE NAZARÉ MAGALHÃES MARINHO  
Universidade federal do Pará  
[vickamarinho@hotmail.com](mailto:vickamarinho@hotmail.com)

JOSÉ ANTÔNIO MAGALHÃES MARINHO  
Universidade Federal do Pará  
[Josemarinho@ufpa.br](mailto:Josemarinho@ufpa.br)

### 1- INTRODUÇÃO

O açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) é uma palmeira nativa da Amazônia, ocorrendo mais densamente na área do estuário amazônico, principalmente ao longo de rios e igarapés. Constitui um recurso utilizado historicamente por homens, mulheres e crianças, através de um extrativismo integral, cujo fruto, do qual se extrai o “vinho” de açaí, é o produto mais importante atualmente. Durante muito tempo, a extração desse fruto voltou-se basicamente ao autoconsumo, mas com a crescente demanda de mercado nas últimas décadas, tornou-se uma importante fonte de renda para as famílias ribeirinhas.

Em São Sebastião da Boa Vista, município marajoara cuja história econômica é marcada pelo o extrativismo vegetal (borracha, madeira, palmito) e pelo aviação, o desenvolvimento dessa atividade extrativa vem redimensionando as interações sociedade/natureza e as relações socioeconômicas. Tais transformações expressam-se nas práticas de conservação e ampliação dos açazais e no ambiente econômico local, onde a maior liberdade de compra e venda possibilita acesso à renda monetária mais imediata ao campesinato ribeirinho.

Assim, a dinamização do extrativismo do açaí parece contradizer um importante segmento da literatura amazônica, notadamente de orientação economicista, que, além de antever o fim do extrativismo vegetal, considera a manutenção dessa atividade um dos principais fatores do atraso regional. Contrapondo-se a essa interpretação, mas não aceitando a tentadora visão de que o extrativismo do açaí é exemplo cabal de uma atividade sustentável econômica e ambientalmente, este trabalho coloca a seguinte questão: até que ponto essa atividade vem contribuindo para a conservação dos açazais e para autonomia econômica do campesinato?

Tal reflexão justifica-se pela necessidade de se analisar mais cuidadosamente as dinâmicas socioespaciais amazônicas, sob risco de se incorrer facilmente em simplificações. Neste sentido, este trabalho objetiva compreender em que medida a intensificação do extrativismo do açaí vem redefinindo as relações sociedade/natureza e as interações socioeconômicas em São Sebastião da Boa Vista, através uma metodologia baseada em levantamento de informações primárias (entrevistas semi-estruturadas em campo) e secundárias, obtidas em referências e documentos pesquisados nas bibliotecas da UFPA, do IBGE e na Internet.

O trabalho focaliza a dinâmica do extrativismo do açaí em São Sebastião da Boa Vista numa perspectiva sócio-espacial. Antes de entrar especificamente nessa discussão, situar o extrativismo do açaí no âmbito das interpretações sobre o extrativismo vegetal na Amazônia torna-se necessário.

## **2- A PROBLEMÁTICA DO EXTRATIVISMO VEGETAL NA AMAZÔNIA**

O extrativismo vegetal vem se desenvolvendo historicamente na Amazônia através de dois processos de obtenção de recursos: a coleta e o aniquilamento. No primeiro processo, a extração é fundamentada na coleta de produtos florestais, maneira pela qual a integridade da planta-matriz é mantida. A obtenção pelo aniquilamento, por sua vez, ocorre quando a fonte geradora do recurso é abatida ou quando a velocidade de regeneração desta fonte mostra-se inferior à capacidade de extração (HOMMA, 1992; ALLEGRETTI, 1994). No caso do açazeiro, o extrativismo pode se desenvolver tanto por aniquilamento, quando se extrai o palmito, como por coleta, quando se colhe o açaí.

A persistência histórica do extrativismo na região tem suscitado controvérsias. Nas últimas décadas, merece destaque a discussão em torno da viabilidade socioeconômica e ambiental dessa atividade. Neste debate, um conjunto de interpretações tem apontado não só as limitações, como o próprio fim do extrativismo vegetal na Amazônia. De acordo com essas interpretações, esta atividade constitui um dos grandes males que não só impede o desenvolvimento socioeconômico regional, como gera e reproduz a pobreza, pois, ao não estimular a modernização dos processos produtivos, contribui para a manutenção de relações socioeconômicas injustas (HOMMA, 1992). Todavia, esse viés interpretativo tem sido alvo de muitas críticas relacionadas principalmente ao caráter simplificado com que tem abordado essa atividade.

Uma das principais limitações apontadas neste sentido refere-se ao próprio conceito de extrativismo. De acordo com Rego (1999), o conceito que serve de base a essas interpretações restringe-se apenas à coleta de produtos naturais com produtividade baixa ou declinante. Por isto, essas abordagens encontram-se ainda presas ao dilema ‘extrativismo puro’ ou ‘domesticação’. Em consequência, qualquer atividade de manejo, criação ou beneficiamento da produção, mesmo que dentro de um sistema produtivo e um modo de vida extrativo não constitui mais extrativismo, mas domesticação.

Todavia, nesta região, especialmente na esfera do extrativismo vegetal, a utilização desse conceito é indevida. Primeiramente porque se restringe ao aproveitamento dos estoques de recursos primitivos, sem a intervenção racional para ampliá-los (REGO, 1999). Todavia, como mostra este autor, é sabido que grupos primitivos contribuíram para própria biodiversidade da floresta amazônica, introduzindo espécies nativas e exóticas e praticando formas de manejo tradicionais que favoreciam o desenvolvimento das espécies úteis em detrimento das demais. Neste contexto, a opção pelo uso do conceito de ‘extrativismo puro’ no estudo da extração vegetal na Amazônia conduz a interpretações indevidas, posto que a floresta desta região já vem sofrendo intervenção humana há milênios.

Esta perspectiva defendida por Rego (1999) aproxima-se da realidade extrativa do açaí, na medida em que reconhece que a exploração econômica dos ecossistemas amazônicos, além de se dá de maneira integrada, não se baseia apenas no uso imediato, mas também em usos mediatos (cultivos, criações). Neste sentido, a dinâmica extrativa envolve complexas relações sociedade natureza, difíceis de serem apreendidas por olhares que não consideram as especificidades sócio-culturais da região.

## **2- CAMPESINATO RIBEIRINHO E O EXTRATIVISMO DO AÇAIZEIRO**

O estuário amazônico (atingindo Baixo Amazonas, litoral do Amapá, Pará e Maranhão) constitui uma área fartamente recortada por rios, furos e igarapés. Ao longo dessa rica rede hidrográfica, a ocupação humana é heterogênea e está relacionada à disponibilidade de recursos e ao acesso a terra. A população que vive ao longo dessa rede hidrográfica é chamada de ribeirinha, denominação amplamente usada na Amazônia para designar o campesinato que reside à margem das águas e sobrevive da extração e do manejo de recursos florestais-aquáticos, e da agricultura em pequena escala (HIRAOKA, 1993).

Uma das práticas que vem sendo desenvolvida historicamente por esse campesinato é o extrativismo do açazeiro. Diversos estudos indicam que o fruto dessa palmeira (o açaí) sempre foi utilizado para a produção de “vinho”, os estipes, quando amadurecidos, para a construção de casas rústicas, as folhas para coberturas e paredes provisórias, além do palmito, que também é amplamente aproveitado (CALZAVARA, 1972). Assim, durante muito tempo, o aproveitamento do açazeiro por esse campesinato ribeirinho deu-se de forma integral, fornecendo produtos básicos à sobrevivência humana no interior amazônico.

A partir do final dos anos 60 do século passado, no entanto, esse extrativismo integral é redimensionado. A demanda pelo palmito, orientada por determinações exclusivamente econômicas, enseja um intenso processo de devastação dos açazais, pois o intuito da prática extratora era abater o máximo de palmeiras possíveis, para abastecer as inúmeras fábricas de conserva de palmito que operavam livremente na área estuarina (MOURÃO, 2004). Com isto, em pouco mais de 10 anos, uma séria crise socioeconômica e ecológica deflagra-se em vários municípios situados nessa área, onde tal processo se intensificava.

A atenuação desta crise só vai começar a partir de 1985, quando o estabelecimento de uma legislação disciplinadora da ação dessas fábricas permite a restauração gradativa do potencial produtivo dos açazais. Isto é evidenciado em diversos estudos (GROSSMANN *et al.*, 2004) que mostram que a extração do açaí vem se firmando progressivamente, inclusive em antigas áreas onde a extração de palmito tomou feições extraordinárias, como nos municípios de Gurupá e Abaetetuba. Neste quadro, é possível afirmar que o extrativismo do açaí reveste-se novamente de grande importância para a reprodução familiar no estuário amazônico, desta feita, não somente pelo seu caráter alimentar (valor de uso), mas progressivamente pela possibilidade de geração de renda a partir da comercialização (valor de troca).

De fato, atualmente os circuitos comerciais desse produto tornaram-se muito mais abrangentes do que aqueles de outrora. Tais circuitos interligam a cidade de Belém a diversos municípios do Marajó, Baixo Tocantins, Guamá e outras localidades mais próximas. É a partir da ampliação dessas estruturas comerciais e da influência do mercado que a economia do açaí se desenvolve em São Sebastião da Boa Vista.

#### **4- O EXTRATIVISMO DO AÇAÍ EM SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA**

O município de São Sebastião da Boa Vista está localizado no sul da Ilha de Marajó, mais precisamente na zona da mata, onde abrange uma área de 1.329 Km<sup>2</sup>, que corresponde apenas a 2,6% da área total da ilha, que é de 49.606 Km<sup>2</sup>. Limita-se a norte com os municípios de Anajás e Breves, a sul com o rio Pará, a Leste com Muaná e a oeste com o município de Curralinho (CRUZ, 1987).

Por está localizado na zona da mata marajoara, este município sempre apresentou uma movimentação econômica muito voltada à exploração dos recursos naturais. Segundo Aramburu (1994), dos anos 50 até a metade da década de 70 do século passado, o extrativismo da madeira dinamizou a economia local. O comércio e a exportação deste produto permitiam a essas firmas instaladas no município obter crédito bancário para financiar a extração por meio de pequenos comerciantes espalhados pelo interior. Como o financiamento da madeira estava centralizado nessas firmas, o monopólio do financiamento se ampliava para outros produtos rurais, como a borracha, o arroz e a resina de breu, entre outros.

Todavia, o declínio dessas firmas, a partir de meados da década de 70 determinou o enfraquecimento dessas relações. Neste contexto de crise da economia madeireira e de toda rede de aviamento subjacente o extrativismo do açaí se desenvolve. A crescente demanda dos mercados locais e extra-locais contribui para alavancar a extração e a comercialização desse fruto, transformando São Sebastião da Boa Vista, apesar da pequena dimensão espacial, em importante município produtor de açaí. Dados do IBGE (1984-2000) indicam que a produção municipal desse fruto eleva-se sensivelmente, passando de pouco mais de 250 t em 1984 para mais de 4.000 t no final dos anos de 1990. Nos últimos anos, esta dinâmica de crescimento continua como se percebe na quadro a seguir (Quadro 01).

**Quadro 01-** Produção de Açaí em São Sebastião da Boa Vista (2000 a 2008) em toneladas.

Estado, Mesorregião, Município	Produção de Açaí (toneladas)								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Pará</b>	112.676	113.744	122.322	134.840	90.512	92.088	88.547	93.783	107.028
<b>Marajó</b>	27.052	27.732	29.086	28.850	29.283	30.722	28.645	32.833	40.740
<b>S.S. da Boa Vista</b>	4.100	4.130	4.250	4.250	4.370	4.810	5.150	5.850	9.400

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.

O quadro 01 indica um progressivo crescimento da produção de açaí em São Sebastião da Boa Vista nos últimos 8 anos, de forma que em 2008 o município passa

responder por 23,4% da produção da Mesorregião do Marajó e 8,7% da produção do Pará, Estado que é o maior produtor de açaí do Brasil. Mesmo considerado a fragilidade dos dados oficiais, sobretudo porque se referem a um produto que geralmente é comercializado informalmente, pode-se notar, através deles, a crescente importância da economia do açaí para o município, o que se constata localmente mediante a movimentação em torno da extração e comercialização desse fruto, que é vendido em cidades como Santana (Amapá), Breves, Abaeté e Belém do Pará.

Os açazais boavistenses, entretanto, não ocorrem de forma homogênea no território municipal. Uma parte está dispersa ao longo de rios como Pracuúba Miri, Portilho, Urucuzal e em torno de pequenas ilhas subjacentes a sede municipal. Esses açazais são pouco extensos, cujas safras são consideradas curtas, ocorrendo já nos últimos meses do ano, período em que a produção é geralmente escoada para Macapá, mercado que, apesar da distância, oferece alguma possibilidade de ganho, devido à entressafra das áreas produtoras mais próximas, situadas nos municípios de Afuá, Gurupá e Anajás.

Os maiores açazais do município localizam-se no rio Pracuúba Grande, principalmente no seu perímetro médio, onde marcam a paisagem e constituem a principal fonte de renda para o campesinato local. Tal importância permite uma melhor visualização das relações sociedade natureza e das interações socioeconômicas estabelecidas em torno do extrativismo do açaí, possibilitando refletir sobre a problemática da conservação dos açazais e da autonomia econômica do campesinato ribeirinho em São Sebastião da Boa Vista.

#### **4.1- AÇAZAIS DO RIO PRACÚBA GRANDE: manejo, extração e comercialização do açaí**

O Rio Pracuúba Grande nasce nos extensos igapós da localidade Pau-de-rosa, em São Sebastião da Boa Vista, estendendo-se por esse município até a foz, onde deságua na margem esquerda do rio Pará. Os principais açazais deste rio estão localizados principalmente no seu médio curso, que se estende, grosso modo, do vilarejo “Pedras” até a localidade “Jorité”. Neste perímetro, a ocupação humana é significativa e vem se densificando cada vez mais em função da formação de novos casais e da chegada de famílias de outras localidades que se mudam para área na esperança de conseguir um açazal e melhorar de vida.



A exploração econômica dos açazais dessa área é recente. A memória social informa que até o fim década de 1970, esses palmeirais existiam, mas não eram extensos quanto hoje. Isto porque recorrentemente eram derrubados para dar lugar à rizicultura, atividade agrícola mais lucrativa. Por outro lado, a demanda dos mercados urbanos locais e regionais era pequena, além de não existirem meios de transportes aptos a escoar o açaí em tempo hábil de comercialização, devido ser rapidamente perecível.

No início dos anos de 1980, com o declínio das atividades agroextrativistas tradicionais (inclusive da rizicultura) devido à crise do aviamento, e com a intensificação da demanda do açaí instaura-se um ambiente propício ao desenvolvimento do extrativismo desse fruto. Com isto, um número de trabalhadores cada vez maior passa a se envolver na extração e na comercialização do açaí, redimensionando-se as relações com os açazais e as interações econômicas em torno da negociação da produção, desta feita cada vez menos mediadas pelo escambo e pelo adiantamento de mercadorias.

No âmbito da relação sociedade natureza, o incremento da demanda do açaí enseja importantes mudanças. Diferentemente daquele “manejo negativo” praticado no tempo da rizicultura, passou-se a adotar sistemas de manejo tradicionais, fundados no conhecimento prático e na representação que cada ribeirão passa a fazer de seu açazal, prática comum às populações amazônicas. Assim, concretamente, tais práticas tornam-se diversificadas, embora o que as estimule, em última análise, pareça ser a intenção de elevar a produtividade do açazal.

Em função deste processo, atualmente é praticamente impossível encontrar algum açazal que não tenha sofrido algum tipo de manejo. Destacam-se, neste quadro, açazais praticamente homogêneos, açazais misturados com outras espécies que apresentam algum valor econômico para a família, bem como formações ainda pouco manejadas. Essas diferentes formas de potencializar a produção de açaí, denominada por Grossmann et al. (2004) de “manejo intensivo”, “intermediário” e “moderado”, respectivamente, são comuns no estuário amazônico e também auxiliam os ribeirinhos a obter renda através da comercialização do palmito resultante do desbaste das touceiras.

É importante destacar, no entanto, que em algumas propriedades onde o “manejo intensivo” é praticado ocorre uma visível perda da diversidade florística da cobertura vegetal. Isto devido a derruba de todas as espécies que representam obstáculo ao pleno

desenvolvimento do açaizeiro. Esse processo de homogeneização, no caso dos açaizais, é recente e pode gerar implicações ainda desconhecidas.

Na época das safras, período de maior amadurecimento dos frutos, a relação com os açaizais toma outros contornos. No médio Pracuíba Grande, a maior safra é a do verão, que se estende de junho a outubro. Em tal período, a extração envolve homens, mulheres e crianças, sem uma rígida divisão do trabalho, pois todos os extratores, independentemente de idade e gênero, podem se dedicar a qualquer etapa do processo extrativo, ainda que homens e crianças ocupem-se principalmente em escalar os estipes para coletar os frutos. A extração envolve apenas objetos técnicos simples, como peçonhas (laço que permite ao extrator fixar os pés no açaizeiro e escalá-lo), terçados e rasas, além da própria experiência do extrator. Sem esta, a extração do açaí torna-se extremamente arriscada, pois apresenta diversas situações de riscos, como picadas de serpentes e quebra do açaizeiro.

Na área estudada, há predominância de pequenas propriedades, geralmente inferiores a 10 ha (notas de campo 2004). Ainda assim, apesar de grande parte dos ribeirinhos terem acesso a algum açaizal, geralmente através da herança, tais recursos, muitas vezes, não são suficientes para atender suas necessidades. Isto faz com que apareça, nas épocas de safra, juntamente com aqueles que não dispõem de terra, uma numerosa categoria de trabalhadores disponíveis a trabalhar na extração do açaí em açaizais de terceiros. Esses trabalhadores são conhecidos localmente como “peconheiros” e envolvem, portanto, tanto pequenos “proprietários” de açaizais, como ribeirinhos sem-terra.

As principais relações de trabalho estabelecidas entre esses “peconheiros” e os “proprietários” de açaizais são a “meia” e as “taxas fixas”. A “meia” é uma forma de contrato social muito comum na Ilha do Marajó e se concretiza através de um breve acordo entre o “peconheiro” e o “dono” do açaizal, no qual, além de se comprometer em dividir a produção coletada, o extrator abdica tacitamente de comercializar a parte do açaí que lhe cabe (MOURÃO, 2004). A “taxa fixa”, por sua vez, é uma relação em que o “peconheiro” recebe apenas uma pequena parcela do valor de cada lata (15 kg) de açaí que extrai, independentemente das variações de preço desse produto. Assim, tanto nesta relação, quanto na meia, o “peconheiro” sempre está submetido a mecanismos de exploração e, até mesmo, de coerção.



A comercialização do açaí, por sua vez, desenvolve-se, em geral, com base no princípio da liberdade de compra e venda. A comercialização estabelece-se através da “encomenda”, relação estabelecida entre o marreteiro de açaí e o “proprietário” de açazal, na qual o marreteiro externaliza seu interesse na compra do açaí, informando o preço que está pagando na lata do fruto e a hora em que estará passando para comprá-lo. O “proprietário”, por sua vez, geralmente especula, afirmando que o preço está baixo ou que já tem outras “encomendas”, a fim de que o marreteiro melhore sua proposta. No final deste breve diálogo, quase sempre chegam a um acordo provisório, no qual o “proprietário” se compromete a negociar uma parte ou a totalidade da sua produção, desde que o preço oferecido seja mais generoso.

Todavia, a “encomenda” não envolve nenhum mecanismo que mantenha o “proprietário” dependente do marreteiro. Devido a este caráter, é comum que determinados “proprietários” se comprometam com um marreteiro e mais tarde negocie com outro que, embora não tenha lhe feito a “encomenda”, dispõe-se a pagar um preço mais generoso. Assim, como afirma um experiente marreteiro: “a melhor coisa que se pode fazer é não acertar nenhum preço na hora da ‘encomenda’, é melhor dizer que você paga o mesmo preço que os outros estão pagando”. Esta preocupação dos marreteiros evidencia que o extrativismo do açaí propicia uma relativa autonomia aos “proprietários” de açazais, que tem a oportunidade de negociar sua produção com quem lhes oferecer o melhor preço.

Entretanto, é importante destacar que nos interstícios desse ambiente econômico reproduzem-se ainda determinadas transações, cujos princípios escapam à liberdade de compra e venda. São transações estabelecidas geralmente no início das safras, quando é comum que “pequenos proprietários” procurem um “barqueiro” a fim de que este compre principalmente pequenos motores em Belém. Como não têm dinheiro para pagar esses motores à vista, esses “pequenos proprietários” comprometem-se a entregar todo o açaí que extraírem na safra para o fiador (o “barqueiro”) até que a dívida seja quitada. Todavia, este agente econômico sempre busca avaliar a produção abaixo do preço, mantendo exclusivismo na produção por toda a safra.

## **5- CONSIDERAÇÕES FINAIS (0,5)**

Em função de a pesquisa encontrar-se em fase de conclusão, só é possível evidenciar alguns resultados. Primeiro, consta-se que extrativismo do açaí vem estimulando a

conservação e ampliação dos açazais, diferentemente de outras épocas em que este recurso não apresentava grande importância econômica. A ampliação dos açazais, através do manejo tradicional, em certos casos, tem reduzido a diversidade florestal das áreas de várzeas. A maioria desses açazais localiza-se no médio Rio Pracuúba Grande, onde constitui a principal fonte de renda local. Nesses açazais, estabelem-se diversas relações de trabalho no processo de extração do açaí, partes dessas relações de caráter bastante assimétrico, como a “meia” e as “taxas fixas”. Na comercialização, a liberdade de compra e venda parece predominar, mas, ainda assim, persistem relações de exclusivismo que fazem lembrar o antigo sistema de aviamento. Isto posto, permite afirmar provisoriamente que o desenvolvimento do extrativismo do açaí em São Sebastião da Boa Vista têm um caráter socioeconômico muito importante, pois constitui prática essencial na reprodução familiar, particularmente nas áreas de açazais. Todavia, apresenta determinadas limitações, ambientais e socioeconômicas, que, além de relativizarem seu caráter sustentável, demandam iniciativas oficiais mais adequadas à realidade das famílias extratoras.

## 6- REFERÊNCIAS

- ALEGRETTI, M. H. La región amazónica y las actividades extrativas. In: CLÜSENER-GODTT, Miguel; SACHA, Inacy (Eds). **Extractivismo em la amazonia brasileña: perspectivas sobre el desarrollo regional**. Paris: Compendio MAB 18-UNESCO, 1994. p. 14-34.
- ARAMBURU, M. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.º 25, p. 82-98, 1994.
- CALZAVARA, B. B. G. As possibilidades do açazeiro no estuário amazônico. **Boletim da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará**, Belém, n.º 5, p. 1-103, 1972.
- CRUZ, M. E. M. da. **Marajó**: essa imensidão de ilha. São Paulo: M.E.M. Cruz, 1987.
- GROSSMANN, M. *et al.* Planejamento participativo visando a um manejo sustentável dos açazais no estuário amazônico e regulamentações oficiais. In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L.; GROSSMANN, M. **Açaí**: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 123-134.
- HIRAOKA, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário amazônico. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (Org.). **Povos das águas**: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. p. 133-157.
- HOMMA, A. K. O. A (i) racionalidade do extrativismo vegetal como paradigma de desenvolvimento agrícola para a Amazônia. In: COSTA, J. M. M. da (Coord.). **Amazônia**: desenvolvimento ou retrocesso. Belém: CEJUP, 1992. p. 163-207.

MOURÃO, L. Açaizeiro: açaí e palmito no estuário amazônico. In: JARDIM, M.A.G.; MOURÃO, L.; GROSSMAN, M. **Açaí**: possibilidade e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 181-204.  
REGO, J. F. do. Amazônia: do extrativismo ao neextrativismo. **Poema Tropic**, Belém, nº 4, p. 34-37, jul./dez., 1999.